ESTADO DO AMAZONAS

Diário Oficial

ADMINISTRAÇÃO DO CORONEL ENGENHEIRO JOÃO WALTER DE ANDRADE, GOVERNADOR DO ESTADO

ANO — LXXVII | MANAUS TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1971. | NÚMERO — 22.241

Mensagem do Governador

Cel. Eng. JOÃO WALTER DE ANDRADE

À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em 31 de Março de 1971

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS,

Comparece a esta Casa, por fôrça de imperativo constitucional, o Governador do Estado do Amazonas para a apresentação da Mensagem do Poder Executivo aos ilustres representantes do Povo amazonense.

Vale dizer que no exercício político da Democracia, o Govêrno do Estado do Amazonas situa nesta postura a sua inarredável crença de um diálogo construtivo e sereno que reflita, além dos postulados éticos que o informam, a harmonia existente entre os Poderes.

Na própria tônica do federalismo brasileiro, onde os Estados, solidàriamente responsáveis perante a Nação e seu Govêrno, são conduzidos a reflexão contínua e aprimoramento constante de suas atividades, está a expressão mais verdadeira da função do Executivo, sôbre o qual repousam as responsabilidades pela coisa pública.

Ressalte-se, porém, que esta responsabilidade adstrita e configurada ao Poder que aqui represento é, também função do Judiciário, tarefa do Legislativo. Aquêle como intérprete da Lei e êste, pelo papel de seus legisladores, aprimorando-a.

É o Govêrno, assim, que se exercita, emanado de consciências livres e dirigido aos homens, para que êstes, convivendo na grande sociedade que é o Estado, realizem sua destinação, rumando com a Pátria, com Deus, para a colimação dos destinos que engrandecem, na terra, a condição humana.

A reflexão mais demorada dos dirigentes sôbre as funções do Govêrno, no mundo de hoje, leva-nos a vislumbrar uma constelação variada de papéis e desempenhos, de implicações e condicionamentos, que fazem da ação de Governar uma postura metodológica, na qual a Política é realçada, também, pelos parâmetros da técnica, da atitude científica, do desenvolvimento econômico.

No Estado do Amazonas, o Govêrno que ora se inicia não perdeu de vista êsses objetivos, partindo para a formulação de um documento orientador, o qual reunisse o diagnóstico e a estratégia, as grandes metas e as propostas efetivas de seus programas de trabalho.

Essa atitude realística foi presidida, principalmente, saibam Vossas Excelências, pela crença que se valida em meu Govêrno, na qual a sustentação do desenvolvimento equilibrado, a concentração dos investimentos públicos nos pontos que entremostrem maior rentabilidade, a utilização, enfim, de instrumentos factíveis com o desenvolvimento é, sem imprecisões e sem desvios, o desiderato comum no trato com os problemas do Estado e de seu povo. É, ainda, aquêle mesmo Estado situando-se como participante vigoroso no processo do desenvolvimento econômico, o qual, pelas suas inúmeras configurações pertencem, também, ao empresariado, às fôrças vivas da sociedade, enfim a todos que por êle e em função dêle, desenvolvimento, realizam sua destinação como os seus agentes e pacientes.

Senhores Deputados:

Nesta primeira Mensagem do Poder Executivo a essa Assembléia Legislativa, o Govêrno apresenta à apreciação e ao conhecimento de Vossas Excelências, uma síntese do seu Programa para o quatriênio 1971/1974, que oportunamente será enviado a essa ilustre Casa, destacando:

a) principais problemas que enfrenta o Estado; e
b) as diretrizes de ação e medidas necessárias à criação de pré-condições para a implantação do Plano traçado.

Espero mostrar claramente a imperiosa e urgente necessidade de um esfôrço comum, de um entendimento honesto e franco, não só dos Poderes Constituídos do Estado, mas sobretudo, da participação efetiva que desejo contar de todos e de cada um dos amazonenses, na construção de uma nova sociedade, onde todos possam dar sua parcela de contribuição, visando a um acelerado desenvolvimento econômico-social desta grande área do Território Nacional.

1. OS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE ENFRENTA ATUALMENTE O ESTADO

Senhores Deputados:

Tornou-se supérfluo hoje em dia falar-se das vantagens da ação programada do Govêrno. No caso de áreas de economia deprimida, também é do consenso geral que, fora dos esforços planejados do poder público, não existem alternativas de comportamentos capazes de eliminar progressivamente os fatores da marginalização. Êste é bem o caso do Estado do Amazonas.

Compreendendo o govêrno essas coisas, determinou, antes de assumir o Poder, a elaboração de um Plano, que orientasse a ação do Poder Executivo e que pudesse dar um cunho realístico e objetivo à administração estadual. Para isso, fêz uso de uma ótica que permitisse apreender e interpretar o sistema econômico e social amazonense, nas peculiaridades marcantes que o individualizam e, ao mesmo tempo, nas suas vinculações com o quadro e o processo nacional de que faz parte. Verificou-se que, a essa visualização, correspondem outros tantos tipos ou outras tantas dimensões de problemas a se considerarem preliminarmente nos estudos para a programação.

A sociedade e a economia do Amazonas são, dentro do Brasil, das que mais se peculiarizam, nas suas realidades ou no seu modo de ser e no processo evolutivo, em função do espaço territorial onde se situam. O cunho de objetividade reclamado pela tarefa de planejar exigiu se tivesse êsse fato como objeto de consideração preliminar. Mas impôs, do mesmo modo, que se considerasse preliminarmente tratar-se de uma comunidade humana e de um sistema onde prevalecem, em grau não ultrapassado em qualquer outro espaço brasileiro, os problemas de dimensão ou de natureza nacional.

Existe, assim, ao lado de uma atitude metodológica de análise com vistas ao planejamento, uma definição, ou um critério de definição dos limites dentro dos quais uma programação do Govêrno Estadual poderá representar a forma mais adequada de aplicação dos seus recursos face a uma problemática cuja magnitude está a reclamar esforços a nível e em escala nacional. Essa delimitação está apoiada pelos propósitos que a Revolução de 1964 tem demonstrado em relação à Amazônia. Além disso, ela decorre inapelàvelmente da ordem de grandeza dos recursos com que pode contar o Govêrno do Estado.

Entende-se, por isso, que a função de um plano estadual, amazonense, de govêrno e de desenvolvimento, constitue não sòmente uma forma de disciplinar racionalmente a aplicação dos seus recursos mas também um modo de preparar o Estado para melhor responder aos esforços da política econômica da União para a imensa área brasileira dentro da qual o Amazonas é a unidade federal de maior extensão e que conta com maior convergência de esforços. Além disso, seja porque representa disciplinamento de esforços, seja porque exprime balizamento de rumos para o desenvolvimento em harmonia com os desígnios do Govêrno Federal, o planejamento ao nível do Estado poderá funcionar como instrumento operativo para aplicação adequada de recursos federais nesta parte do Brasil, dentro da política espacial da União.

Senhores Deputados:

Dentro dessa perspectiva o Terceiro Govêrno da Revolução que se instalou no dia 15 do corrente mês, tem conhecimento do quadro geral e está suficientemente preparado para encaminhar soluções condizentes à resolução dos problemas que enfrenta o Estado no seu todo.

Desejo mencionar sintèticamente, os principais problemas do Estado do Amazonas.

1. Problemas de natureza econômica

a) A economia amazonense tem-se apresentado com relativo dinamismo, nos últimos anos, e seu crescimento tem por base a expansão do sistema comercial, motivado pela legislação da Zona Franca, na capital do Estado, o que implicou em significativo aumento das importações, sobretudo provenientes do estrangeiro, numa primeira fase, e do movimento comercial, em seu conjunto.

b) Essa expansão recente e as tendências do crescimento que se vem verificando, no Amazonas, não têm possibilitado a superação dos dois tipos fundamentais de desarticulação da economia estadual — a representada pela falta de integração do Amazonas ao sistema econômico brasileiro e a caracterizada pela exarticulação da economia estadual, internamente, em razão das limitadas vinculações entre os diversos núcleos populacionais. No que se refere a esta última, tudo indica tê-la o crescimento recente intensificado, através do aumento do dualismo provocado pelo dinamismo atual da capital e a relativa estagnação das atividades econômicas do meio rural. Por trás dêsses problemas estão, evidentemente, as distâncias entre os centros de decisão e os centros consumidores e produtores e a inexistência de infra-estrutura econômica interestadual e intraestadual, sobretudo de transportes e comunicações.

c) Essa relativa estagnação do meio rural, notadamente das atividades agrícolas e extrativistas ligadas à exportação, tem fundamento, também, nas relações adversas estabelecidas internamente, entre os centros exportadores do Estado e os centros importadores do País e do estrangeiro. As características adversas das relações estabelecidas refletem-se sobremaneira nas oscilações das quantidades transacionadas que traduzem, principalmente a pequena capacidade de concorrência dos produtos estaduais, situando-se, então, o Amazonas como exportador marginal fàcilmente deslocado do mercado. São evidentes, a partir dessas relações, os reflexos negativos sôbre a expansão da atividade econômica do setor primário que, em última instância, sofre todo o impacto das oscilações.

d) À desarticulação da economia estadual com o sistema econômico brasileiro e à desarticulação interna da economia amazonense soma-se a falta de coordenação e debilidade da ação governamental, em suas diversas esferas, no Estado. Tais desarticulações e debilidade da ação governamental representam obstáculos sérios no desenvolvimento do Estado, desde que, mantidas as condições prevalescentes na evolução da economia, sòmente a atuação eficaz de um sistema orientador, com as características do setor público, com capacidade de intervir no livre jôgo das fôrças do mercado e na evolução espontânea da economia, poderia reconduzir o sistema econômico amazonense à superação dos dois tipos básicos de desarticulação há pouco referidos.

e) A êsses problemas, predominantemente relacionados com a estrutura da economia amazonense (desarticulação com o País e o exterior, desarticulação interna e descoordenação do setor público), somam-se outros, mais vinculados ao desempenho do sistema econômico estadual. Como se observou êles se referem às características dos fatores produtivos, no Amazonas.

f) Em primeiro lugar, acha-se o problema da mão-de-obra, em particular, e dos recursos humanos, em têrmos mais gerais. Além do problema da escassez de contingente humano para ocupação territorial e revigoramento das atividades de produção, surge, com relativo destaque, o obstáculo representado pela característica dos recursos humanos do Estado, qual seja a inexistência de um quadro técnico estável capaz de influir decisivamente, na ação modernizadora do sistema econômico estadual. Acrescentem-se a isso o isolamento e as precárias condições materiais de vida, as quais, efetivamente, têm influência considerável no rendimento das atividades e dificultam, ademais, o acesso a formas e relações de produção mais modernas.

g) Estreitamente vinculado ao problema anterior e relacionado, também, com a descoordenação e debilidade da ação governamental, no Amazonas, há o obstáculo representado pelo quase total desconhecimento da disponibilidade e potencialidade dos recursos naturais (solos, subsolos, recursos energéticos, recursos pesqueiros, florestais, etc.) e de procedimentos regionais e modernos de sua utilização.

h) Finalmente, dentro, ainda, da faixa de problemas diretamente ligados ao desempenho da economia estadual, situa-se o da disponibilidade e das características do sistema de crédito e financiamento, no Estado. Na verdade não só tem sido insuficiente a disponibilidade de recursos financeiros, para dinamizar o aparelho produtivo do sistema econômico estadual, como tem ocorrido uma concentração dos recursos disponíveis para financiamento em reduzido número de empreendimentos, no financiamento de curto prazo e em algumas poucas áreas do Estado.

i) A combinação dos problemas de natureza estrutural com os problemas vinculados ao desempenho da economia do Estado e de suas causas mais remotas (distância, inexistência de infra-estrutura inter e intra-estadual, comercialização interna e externa, reduzido poder político do Estado junto aos distantes centros de decisão, etc.) tem provocado efeitos negativos sôbre tôda a economia estadual, entre os quais:

— baixo poder de concorrência, no mercado nacional e internacional, da produção primária e secundária do Estado.

— relativa estagnação e debilidade da produção primária (agropecuária e extrativista), face às características dos recursos humanos disponíveis, ao desconhecimento dos recursos naturais e ao sistema de comercialização interno e externo.

— refôrço e continuidade do irracional sistema de comercialização diante das dificuldades de ligação entre os centros produtores e os consumidores, o que permite o aparecimento e o exercício imoderado da intermediação, face à limitada expansão de crédito, ao isolamento e ao baixo nível de informação dos produtores, situados nas áreas da periferia.

— impossibilidade de encaminhamento de soluções totais, ou mesmo parciais, no atual estado de coisas, com certo grau de eficácia, em razão da debilidade e desarticulação do sistema regulador ou orientador do processo de desenvolvimento da economia, representado pelo setor público, em suas diferentes esferas.

2. Problemas de natureza social

a) Insuficiência ou, em grande parte do Estado, inexistência de atendimento escolar à população: em tôda a zona rural, para uma população escolarizável de 128.000 pessoas, existem matrículas para o atendimento de apenas 35.000. Por outro lado, todo o corpo docente é constituído de professôres leigos, incapazes de ministrar, a rigor, até mesmo, os primeiros ensinamentos, embora reconheça o govêrno o esfôrço e a dedicação dêsses professôres;

b) Má qualidade do ensino ministrado a todos os níveis tendo entre outras as seguintes causas:

— corpo docente despreparado, em sua grande maioria;

— programas e currículos não condizentes com a realidade;

— elevadas taxas de evasão e reprovação.

c) Inexistência de um programa de capacitação de mão-de-obra especializada e semi-especializada.

d) Falta de motivação da população, visando à sua integração no processo de desenvolvimento.

e) Condições habitacionais insatisfatórias, mesmo na Capital, onde existe uma pressão por residências, em virtude não só do crescimento demográfico, como também do fluxo migratório do interior, verificado mais aceleradamente, a partir de 1967.

f) Os programas de habitação têm sido insuficientes para satisfazer à demanda e, quando implantados, defrontam-se com o problema das normas de financiamento, as quais não condizem com as situações peculiares do meio amazônico.

g) Elevadas taxas de mortalidade geral e infantil, em todo o Estado.

h) Altos índices de doenças transmissíveis, como: malária, sarampo, bouba, hepatite infecciosa, lepra e tuberculose.

i) Meios materiais e humanos reduzidíssimos para o atendimento aos serviços essenciais, notadamente no interior do Estado.

3. Problemas administrativos gerais

As observações, análises e definições da problemática administrativa do Estado do Amazonas, demonstram estar a administração estadual, atualmente, desaparelhada para desempenhar satisfatòriamente as funções que dela espera e necessita o Govêrno. No estágio atual o sistema administrativo se caracteriza por:

a) um desordenado processo de descentralização e a resultante desagregação de Secretarias e outras entidades de elevada posição, na administração estadual.

b) deficiências mais diretamente vinculadas ao funcionamento de diversos órgãos e setores (indefinição de propósitos e objetivos, inadequação entre meios disponíveis e fins propostos, departamentalização supérflua).

c) não disponibilidade de pessoal técnico e administrativo, nos seus diversos níveis (ou reduzido nível técnico, resistência a mudanças para métodos e procedimentos mais modernos, pequena capacidade de liderança e alto grau de desestímulo).

Os demais aspectos, que podem ser acrescentados a êsses, na maioria dos casos, constituir-se-ão de pormenores ou exemplos das características gerais assinaladas. Da combinação de tais deficiências, resultaram alguns sintomas bastantes graves, comuns a parte considerável das entidades que compõem a administração pública estadual. Entre êles os mais característicos são os seguintes:

— Ineficiência na utilização dos recursos financeiros e na distribuição do pessoal, do que resultam altos custos para os programas e desperdício de motivações.

— Irrealismo de estruturas organizacionais concebidas sem apôio em necessidade efetivas, de legislação de pessoal e material correspondente a soluções inaplicáveis dos problemas existentes, de programas e decisões formuladas, para alcançar objetivos não compatíveis com os meios.

Imobilismo em soluções vitais que são retardadas, em ações simples que são burocratizadas, em estruturas de comando e coordenação que são tornadas de simples em complexas.

— Superfluidade, traduzida na manutenção de órgãos de discutível importância.

4. Problemas financeiros

Acentuadamente é reduzida a capacidade financeira e ao nível das informações levantadas, o Estado encontra-se em dificuldade de saldar os seus compromissos a curto prazo. Uma prova inconteste desta afirmativa é o atraso no pagamento do funcionalismo e aos fornecedores, que num e outro caso, existem compromisso a saldar de exercícios anteriores, em volume bastante apreciável.

O Govêrno, apesar do esfôrço desenvolvido por tôda a sua equipe, não pode dar nesta Mensagem, a situação financeira precisa do Estado. A desorganização reinante na máquina administrativa, especialmente no órgão fazendário, a falta de contrôle e coordenação, aliados à limitação do tempo de que dispõe a equipe, não permitiram o levantamento completo.

Porém, Senhores Deputados, voltarei a informar a Vossas Excelências a situação das finanças públicas estaduais, e se o caso exigir, solicitando medidas no menor prazo possível.

Com essa ressalva deseja o Govêrno apresentar a Vossas Excelências, numa primeira aproximação algumas informações pelas quais pode afirmar que no corrente exercício, haverá sacrifícios e um trabalho penoso no campo de recursos financeiros, para equilibrar receita/despesa estaduais.

Pelas informações parciais, até 15/03/71, verifica-se o seguinte quadro:

1. RECURSOS DISPONÍVEIS		
a) Recursos arrecadados de fontes estaduais	Cr$	15.000.000,00
b) Recursos recebidos dos Fundos Especial e de Participação		8.000.000,00
c) Total de recursos disponíveis		23.000.000,00
2. DESPESAS PAGAS		
a) Total de despesas pagas ...		21.500.000,00
b) Saldo em Bancos		1.500.000,00
c) Total		23.000.000,00

2. DÉBITOS ENCONTRADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E DO CORRENTE EXERCÍCIO:		
a) a Fornecedores de exercícios anteriores	Cr$	10.000.000,00
b) a Fornecedores do corrente exercício		4.000.000,00
c) Restituição do I.C.M. ..		2.500.000,00
d) Pessoal de exercícios anteriores		1.500.000,00
e) Pessoal do corrente exercício		6.000.000,00
f) Total débitos	Cr$	24.000.000,00
Os dados acima demonstram:		
1. Recursos disponíveis	Cr$	1.500.000,00
2. Compromissos à saldar ...		24.000.000,00
3. Total de compromissos ...	Cr$	22.500.000,00

O Govêrno diante de tal situação financeira, considerada crítica, uma vez que se a essa importância fôr adicionada os débitos e compromissos contraídos através de financiamentos e empréstimos, não só da administração centralizada, mas também, da descentralizada, onde se sabe haver despesas não pagas em montante considerável, tomará medidas enérgicas e saneadoras, no que respeita a compressão de despesas correntes e de capital, em todos os níveis e em todos os órgãos da administração estadual.

Por outro lado o orçamento vigente, além de não obedecer critérios de prioridades na alocação dos recursos, de já ter sofrido parciais modificações, de ser tècnicamente impreciso e não expressar efetivamente as necessidades de uma programação, apresenta, já, para várias unidades orçamentárias insuficiência de dotações. Portanto, o Govêrno fará logo tenha conhecimento completo da situação financeira do Estado, uma reformulação, com a finalidade de adequar os meios disponíveis às necessidades consideradas prioritárias e inadiáveis.

Espera o Govêrno contar com a colaboração dos demais poderes e a compreensão desta augusta Assembléia, no sentido de lhe fornecer os meios institucionais à normalização dêsse estado de coisas.

2. AÇÕES ESTRATEGICAS E PRIORITÁRIAS

As ações estratégicas, a seguir relacionadas para os diversos setores, não são do âmbito exclusivo do Govêrno Estadual, embora se situem no seu campo de influência, direta ou indireta. Por isso mesmo, essas últimas, são passíveis de serem negociadas ou complementadas pelo setor público estadual.

Atuando no sentido de dar uma maior coerência e unidade ao conjunto de ações propostas, estão as seguintes orientações que foram consideradas na definição dos programas setoriais:

1 — Diversificação da atividade produtiva, sobretudo, dos setores industrial e agrícola, contemplando:
   a. substituição de importação interestadual e internacional;
   b. aproveitamento mais intensivo da matéria prima existente, notadamente: madeiras, borracha, juta, castanha;
   c. aproveitamento dos recursos naturais, sobretudo minerais à medida que as possibilidades sejam conhecidas, através das pesquisas e dos levantamentos básicos executados;
   d. aproveitamento das vantagens locacionais possibilitadas pela legislação da Zona Franca;
   e. necessidade de complementação do setor industrial existente.

2 — Criação de pré-condições para o desenvolvimento e diversificação da atividade produtiva, por meio da:
   a. implantação, modernização e ampliação da infra-estrutura econômica existente;
   b. adequação da administração estadual para o atendimento das necessidades econômicas e sociais que tal processo tende a intensificar.

3 — Integração da economia do Amazonas à economia do país e articulação interna do sistema econômico estadual através da:
   a. ampliação do sistema de transportes;
   b. racionalização do sistema de comercialização;
   c. ampliação do sistema de comunicações existentes;
   d. ampliação dos serviços de educação e saúde para a população rural e urbana dos centros e da periferia;
   e. difusão da assistência técnica e financeira às populações interioranas, sobretudo do meio rural.

As ações estratégicas, a seguir relacionadas, agrupadas por setores, guardam coerência com as orientações de natureza espacial e setorial, amplamente justificadas no Plano de Govêrno.

AÇÕES ESTRATÉGICAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO DO ESTADO

1 — Setores de Produção de Bens:

   a. Produção agropecuária e extrativa
      — diversificação das atividades da lavoura com vista ao auto-abastecimento das principais culturas alimentares;
      — expansão da pecuária bovina, bem como da suinocultura e da avicultura, com vista à minimização das importações dos produtos respectivos;
      — ampliação e racionalização das atividades produtoras, voltadas para os mercados não estaduais, para cujos produtos (industriais e de exportação) a demanda externa oferece perspectivas favoráveis, em um esfôrço de incremento e diversificação das exportações;
      — racionalização progressiva do sistema de relações de trabalho, de crédito e de comercialização abrangidos pelo sistema aviamento-escambo com vista, precìpuamente, ao aumento da participação das comunidades produtoras nos preços finais da borracha, da castanha, das madeiras e do pau-rosa;
      — racionalização do abastecimento de Manaus.

   b. Setor industrial
      — assistência técnica e financeira à pequena e média indústria;
      — apôio à implantação do distrito industrial, de responsabilidade da SUFRAMA, no sentido de acelerar a conclusão das obras principais;
      — continuidade e aperfeiçoamento da política de incentivos fiscais do Govêrno Estadual.

2 — Infra-estrutura Econômica:
   a. Energia
      — expansão do sistema elétrico de Manaus;
      — apôio ao estudo do potencial energético do Estado.

   b. Transportes
      Transporte Rodoviário.

      — conclusão da rodovia Manaus — Pôrto Velho (BR-319);
      — estudo e implantação parcial das rodovias transversais à BR-319;
      — apôio à construção da rodovia Manaus — Bôa Vista;
      — apôio à construção da Transamazônica (trecho Jacareacanga — Humaitá)
      Transporte hidroviário
      — expansão do pôrto de Manaus;
      — Melhoria e implantação de portos e ancoradouros no interior do Estado;

— Modernização e implantação da frota hidroviária para a execução, com o estudo de viabilidade, de obras de montagens de estaleiros;

c. Saneamento básico
— conclusão da expansão do sistema de abastecimento d'água de Manaus;
— implantação de sistemas simples de abastecimento d'água em municípios prioritários do interior.

d. Comunicações
— construção do tronco de tropo-difusão, no Solimões;
— expansão da rêde telefônica de Manaus.

3 — Infra-estrutura Social:

a. Saúde

— intensificação das campanhas sanitárias em todo o Estado, visando à erradicação das doenças transmissíveis de maior incidência;
— implantação e funcionamento de unidades médicas no interior;
— reaparelhamento da rêde hospitalar da capital.

b. Educação

— melhoria na qualidade do ensino em todos os níveis;
— atendimento das populações rurais, através do sistema de rádio educativo.

c. Habitação

— redução do deficit habitacional, em Manaus;
— redução do deficit habitacional na micro-região Centro-Leste.

4 — Sistemas de Planejamento, Administração Pública e Arrecadação:

— racionalização do sistema estadual de arrecadação e fiscalização;
— reorganização e reestruturação de entidades e órgãos estratégicos da administração estadual, para a implantação do plano de Govêrno;
— implantação do sistema de acompanhamento, contrôle e avaliação da execução do programa de Govêrno e dos planos operativos anuais;
— maior capacitação dos executores de programas, na área de administração geral, sobretudo com vistas à reorganização das entidades estratégicas, nas áreas de saúde, educação, planejamento geral e setorial, indústria e produção rural.

5 — Crédito

— maior utilização do Banco do Estado, como agente financeiro da execução do plano;
— maior vinculação do Banco do Estado aos programas setoriais, notadamente da agropecuária e indústria.

3. MEDIDAS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO

a. Administrativas

As medidas de natureza administrativa que serão levadas a efeito, com vistas à execução dos programas constantes do Plano de Govêrno, consubstanciam-se nas modificações que devem ser procedidas na própria estrutura administrativa do Estado. Essas ações levarão em conta, simultâneamente, o aumento da eficiência dos organismos estaduais e a adequação, cada vez maior, dessas estruturas à estratégia, às diretrizes e ao conteúdo dos programas propostos para o período de Govêrno.

As orientações básicas que serão seguidas, são as seguintes:

— melhoria da competência profissional das pessoas de que dependem os resultados do Plano de Govêrno;
— racionalização e simplificação das estruturas organizacionais;
— fortalecimento ou instituição de instrumentos eficazes de apoio estratégico;
— reformulação, fortalecimento ou instituição dos mecanismos de contrôle;
— reformulação dos sistemas de responsabilidades diretivas e executivas, através de descentralização de atividades e delegação de competência;
— criação de uma Fundação intermunicipal e a implantação de um sistema de infra-estrutura de transportes municipal e intermunicipal.

b. Sistema de Arrecadação e Fiscalização

Nesta área, as medidas que serão tomadas com vistas as necessidades financeiras dos programas do Govêrno Estadual compreendem:

— reforma administrativa da Secretaria de Fazenda;
— adequação da Legislação fiscal às necessidades reais da economia do Estado;
— aperfeiçoamento da fiscalização dos tributos estaduais.

c. Sistema de Planejamento

As medidas que serão implementadas para maior eficácia do sistema de planejamento são as seguintes:

— implantação de um Núcleo Central de Planejamento;
— atribuição do Orçamento-Programa do Estado ao Núcleo Central de Planejamento;
— regularização do f l u x o de informação entre o Núcleo Central e os órgãos executores;
— instituição de pequenos núcleos de planejamento em todos os órgãos da administração direta e indireta;
— instituição de Serviços de apôio técnico.

Senhores Deputados,

A imperiosidade com que se defronta o Govêrno que se instaura em tornar operacional e dinâmica a própria máquina administrativa estadual, impõe o encaminhamento, a Vossas Excelências, do ante-projeto de Lei anexo que prevê condições institucionais para a implantação do Plano de Govêrno e para a Reforma Administrativa do Estado.

Nessa atitude que, nos seus aspectos legais, resguarda e desenvolve o diálogo democrático entre os Poderes, está o pensamento e a diretriz de meu Govêrno em tornar essa mudança tão ampla e de grande importância para o Estado, uma tarefa onde o Legislativo é, também, co-participante.

É o Estado, assim, pelo seu Govêrno, aprimorando os instrumentos vitais da Administração e submetendo-os à clarividência dos homens desta Casa que, perante ao povo, respondem pela elaboração e aprovação de leis, nos quais devem refletir a melhoria das condições daquele mesmo povo.

Finalmente, estou encaminhando, também à apreciação de Vossas Excelências, o Relatório do ex-titular do Poder que aqui represento, que me foi entregue no ato de transmissão de cargo a 15 do mês que ora se encerra.

Manaus, 31 de março de 1971

JOÃO WALTER DE ANDRADE

Governador do Estado

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM